



ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE HOSPITAL MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS – OSSHMTJ

CONVÊNIO Nº 878445/2018

**EDITAL Nº 02/2024 – PROJETO JOVENS INDÍGENAS: MEU PRIMEIRO EMPREGO –
OSSHMTJ, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2024.**

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE HOSPITAL MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - OSSHMTJ, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, no uso de suas atribuições comunica aos interessados a realização de Seleção Externa Simplificada consoante com este Edital disponibilizado no site HTTPS: <https://www.hmtj.org.br/unidades/unidades-hmtj/dsei-alto-rio-juruá.php> site da SESAI. Os interessados deverão acessar o site da OSSHMTJ para realizarem as inscrições.

1. DISPOSIÇÕES

1.1. As regras gerais dos processos seletivos realizados pelas pessoas jurídicas que firmarem contrato via convênio para execução das ações em saúde indígena orientar-se-ão, em todas suas etapas, pelas recomendações constantes no Termo de Referência, disponível no site da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI): www.saude.gov.br/sesai.

1.2. O processo seletivo deste edital terá como objetivo a seleção de profissionais da área de saúde, exclusivamente para Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem, limitado para indígenas, que sejam recém-formados, para contratação imediata, bem como a formação de cadastro de reserva. Os contratos dos colaboradores serão por prazo determinado, em consonância com o art. 443 da Consolidação das Leis Trabalhistas, bem como em conformidade com os critérios constantes no Termo de Referência, respeitando o princípio da impessoalidade.

1.3. A validade do processo seletivo tem o prazo máximo de 09 (nove) meses, considerando o encerramento do ano financeiro e a vigência dos convênios.

1.4. O regime de trabalho será definido em conformidade com a escala de trabalho estabelecida no âmbito do Distrito Especial de Saúde Indígena–DSEI, respeitadas as Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

1.5.O contrato poderá ser encerrado a qualquer tempo, caso não haja interesse pelas partes, em continuar a relação de trabalho, sendo elas o colaborador, ou a empresa conveniada.

1.6.O referido processo seletivo é destinado ao DSEI Alto Rio Juruá, podendo haver remanejamento temporário entre os polos base do distrito para atender as necessidades pontuais de serviço do DSEI.

1.7.Todas as etapas do processo seletivo possuem caráter eliminatório e classificatório, compreendendo análise curricular, prova de títulos, prova objetiva obrigatória com conteúdo técnico referente ao cargo a ser ocupado com nota mínima de 7.0 (sete), e entrevista para avaliação do perfil profissional efetuada pela Comissão Examinadora.

1.8.A comissão Examinadora será composta por 02(dois) representantes da Entidade Conveniada, 02 (dois) representantes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena – CONDISI e 02 (dois) representantes do Distrito Sanitário, incluindo – se o Coordenador do DSEI ou representante por ele indicado. A Comissão Examinadora não poderá ser a mesma para todos os processos seletivos do DSEI, exceto o Coordenador Distrital, pois configura como autoridade sanitária.

1.9.Na fase da entrevista deverá haver a participação de um profissional da área técnica correspondente para prestar apoio técnico.

1.10.Os processos seletivos serão regidos pelo termo de referência da SESAI e a realização dos mesmos será de responsabilidade da Comissão de Seleção, ressaltando-se que **NÃO SE TRATA DE CONCURSO PÚBLICO**.

2. ATRIBUIÇÕES, ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPONSABILIDADES.

2.1. O profissional de saúde da área de Enfermagem ou o Técnico de Enfermagem selecionado deverá ter no máximo 24 (vinte e quatro) meses de formado, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses completos até a data de inscrição, do curso de formação respectivo ao cargo concorrido.

2.2. O profissional de saúde indígena deverá ter disposição e qualificação para atuarem Contexto intercultural, incluindo-se: desenvolver atividades em área indígena, ter facilidade para o diálogo e habilidade com a língua local, saber trabalhar em equipe, conhecer e respeitar a diversidade étnica e cultural existente no país comunicar-se de maneira clara, ter flexibilidade e disposição para aprender com a população a qual se destina o serviço. Deverão conhecer os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Identificar que poderá compor Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), deverá possuir disponibilidade para

trabalhar em regime de escala bem como realizar viagens.

2.3. Os profissionais devem estar aptos para atuarem com respeito e empatia junto aos usuários do serviço e colegas de trabalho. As atividades do profissional de saúde indígena são complexas e exigem compreensão do conceito ampliado de saúde, que demanda atenção a diferentes aspectos, incluindo-se condições socio culturais, econômicas, geográficas, logísticas, epidemiológicas e das práticas de saúde tradicionais, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

2.4. Dentre as principais atividades a serem desenvolvidas encontram-se o planejamento, organização, execução e avaliação das ações de saúde individuais e coletivas na esfera do cuidado, vigilância, promoção e educação em saúde. O profissional deve ainda atender ao prescrito na legislação geral e específica de sua área de atuação relacionada, operar sistemas informatizados, proceder rotinas administrativas e participar do monitoramento e avaliação de políticas e programas preconizados pelo Ministério da Saúde e SESAI, realizar registros de cadastro, produtividade e demais informações de saúde nos sistemas oficiais da SESAI.

2.5. Caberá ao Distrito sanitário promover capacitação obrigatória dos colaboradores recém contratados afim de possibilitar que possam desenvolver plenamente suas atividades. As funções sumárias estão dispostas no Anexo I.

2.6. Os profissionais de saúde deverão se comprometer a manterem seus cartões de vacina atualizados, de acordo como Calendário Nacional de Vacinação, tendo em vista a transmissibilidade das doenças imunopreveníveis e a vulnerabilidade epidemiológica de algumas populações indígenas, levando em consideração, não possuírem memória imunológica para algumas dessas doenças.

2.7. Os profissionais deverão cumprir as escalas de serviços estabelecidas pertinentes às legislações trabalhistas, acordos e convenções coletivas vigentes, deverão zelar pelos materiais e equipamentos das unidades de saúde, deverão estar em condições de realizar em atividades relacionadas exclusivamente ao atendimento da população indígena do DSEI, não sendo autorizada a alocação desses colaboradores em CASAI ou ainda nas sedes dos Distritos.

2.8. Os profissionais de saúde deverão desempenhar atividades em consonância com os programas de saúde desenvolvidos pelo o DSEI e em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

2.9. Os Profissionais de saúde deverão disponibilizar regularmente e institucionalizar todas as informações e documentos produzidos nas rotinas de trabalho – ressalvadas as informações de caráter sigiloso que deverão ser tratadas de acordo com a legislação vigente e demais aspectos éticos (Lei Nº 12.527, de 18 de novembro

de 2011; Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012).

2.10. Todos os profissionais deverão respeitar o direito de imagem indígena de acordo com a legislação vigente e demais aspectos éticos (Constituição Federal de 1988; Portaria nº 177 PRES, de 16 de fevereiro de 2006 da Fundação Nacional do Índio – FUNAI).

2.11. Os profissionais de saúde deverão manter atualizado o registro das informações sobre assistência prestada no prontuário do paciente, respeitando-se o segredo e o sigilo profissional, conforme artigo 1º da Resolução nº 1.638/2002, do Conselho Federal de Medicina e resoluções dos respectivos conselhos de classe.

2.12. Os profissionais devem estar aptos para realizarem o registro das informações no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI).

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. O período para a inscrição compreenderá dia 09/02/2024 até 18/02/2024 às 23h59 min (horário de Brasília).

3.2. A inscrição dos candidatos implicará sua adesão a todas as regras que disciplinam o processo seletivo.

3.3. Estarão aptos a concorrerem às vagas destinadas ao Projeto, os candidatos que apresentem a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

3.4. Os candidatos ao Projeto deverão enviar, no ato da inscrição, uma declaração original comprovando a sua etnia, sendo essa assinada obrigatoriamente pelas 3 representações indígenas, sendo eles: pelo cacique do Povo a qual pertence, pela liderança da aldeia de origem do candidato e pelo presidente do Conselho local de saúde indígena. A declaração deve ser enviada para o e-mail curriculos@hmtjsaudeindigena.org.br devendo ser informado no título do e-mail a vaga e o DSEI de interesse. Exemplo: **ENFERMEIRO PROJETO JOVENS INDÍGENAS DSEI ALTO RIO JURUÁ.**

3.5. Ao inscrever-se, o candidato deverá preencher por completo a Ficha de Inscrição disponível no site, optando por apenas (01) uma área de abrangência para atuação. A mesma deverá ser impressa para ser apresentada nos casos de convocação, junto aos documentos comprobatórios das informações fornecidas no ato da inscrição. O sistema só irá considerar uma inscrição por CPF, logo não será permitido se inscrever mais de uma vez, mesmo que em cargo diferente.

3.6. A inscrição dos candidatos implicará sua adesão a todas as regras que disciplinam a seleção bem como preencher os requisitos básicos (ser indígena, apresentar declaração de comprovação étnica, não possuir vínculo empregatício anterior, ter no máximo 24 meses de formado no ato da inscrição, ter no mínimo 18 anos completos no momento da inscrição. Não serão aceitos pedidos de cancelamento de inscrição para realização de uma nova inscrição.

3.7. O candidato que se declarar portador de deficiência, no ato de sua inscrição. Deverá **ANEXAR** através do e-mail curriculos@hmtjsaudeindigena.org.br, o Laudo Médico, emitido nos 06 últimos meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID). Olhar **ANEXO V** Deverão colocar no título do e-mail NOME, CARGO e nome do DSEI ao qual estão concorrendo no processo seletivo. **O candidato que se declarar portador de deficiência que não enviar o laudo por e-mail conforme orientação deste edital terá sua inscrição cancelada.**

3.8. Os candidatos portadores de necessidades especiais (PNE) deverão participar do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos sem relação ao conteúdo, avaliação, critérios de aprovação, horário, local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Os candidatos portadores de necessidades especiais (PNE), quando habilitado se classificados, deverão ser convocados para perícia médica promovida por Equipe Multiprofissional de responsabilidade da Medicina do Trabalho da Entidade Conveniada.

3.10. Os candidatos portadores de necessidades especiais (PNE) que, no decorrer do período de experiência, apresentarem incompatibilidade da necessidade especial com as atribuições do cargo será considerado INAPTO e, conseqüentemente, desligado.

3.11. Caso o candidato possua vínculos familiares com colaboradores internos da Entidade Conveniada, essa condição deve ser descrita no ato de inscrição sob pena de invalidar a inscrição.

3.12. Não será exigida apresentação de documentos comprobatórios dos dados fornecidas no ato da inscrição além da declaração indígena citada no **item 3.4**, exceto para o candidato que se declarar como portador de deficiência conforme **item 3.7**. Estes, só serão exigidos para serem apresentados os originais ou cópias autenticadas, nos casos de convocação.

3.13. Não serão aceitos pedidos de alteração de informações relativo à opção do cargo e demais informações contidas na inscrição. **É de inteira responsabilidade do candidato o total e correto preenchimento das informações exigidas no ato da inscrição, assim como a veracidade das informações.**

3.14. O candidato é o único responsável pela conferência dos dados contidos no Documento de Confirmação de Inscrição.

4. DAS VAGAS

O Processo seletivo será composto conforme quadro abaixo:

NÍVEL SUPERIOR e NÍVEL MÉDIO-TÉCNICO/ÁREA DA SAÚDE

Cargo	Remuneração	Vagas para candidatos de ampla concorrência	Vagas reservadas para candidatos portadores Necessidades especiais.	Total devagas
ENFERMAGEM	8.199,09	CR*	**	CR*
TÉCNICO ENFERMAGEM	3.325,00	CR*	**	CR*
SUBTOTAL	-	CR*	**	CR*

***CR–Cadastro de Reserva:**Cargos que estarão sob regime para contratação para quadro reserva.

**Não foi definido o número de vagas para PNE devido às vagas serem destinadas a Cadastro de reserva, havendo vagas será respeitado à cota destinada aos portadores de necessidades especiais.

5. DA SELEÇÃO

5.1.O Processo Seletivo tem caráter eliminatório, classificatório e compreenderá as etapas descritas a seguir:

1ª Etapa: Inscrição através do site da conveniada ([HTTPS://www.hmtj.org.br](https://www.hmtj.org.br)), não sendo aceitas inscrições após o prazo previsto para inscrições dos candidatos. Nesta etapa serão inseridos pelos candidatos dados curriculares e, quando houver, dados dos títulos que possuir, para serem analisados pela conveniada. Os candidatos selecionados para 2ª etapa deverão comprovar todas as informações oferecidas no ato de sua inscrição. Serão habilitados os candidatos que preenchem os requisitos do **item 1.2(partes a), 2.1, 3.3 e 3.4.**

2ª Etapa: Análise curricular e documental de todos os candidatos inscritos, de caráter eliminatório. Serão habilitados os candidatos que preenchem os requisitos do **item 1.2 (parte a) 2.1, 3.3 e 3.4.** Os candidatos que apresentarem toda documentação comprobatória conforme informações contidas na ficha de inscrição serão submetido à prova escrita referente ao cargo pleiteado. A prova conterá 10 questões de múltipla escolha valendo 01 ponto cada questão. Será considerado apto para próxima etapa o candidato que alcançar nota igual ou superior a 07. **Por não se tratar de concurso público, não serão aceitos pedidos de revisão de prova e**

gabarito, nem possíveis pedidos de reconsideração referente a esta etapa.

3ª Etapa: Entrevista com Comissão Examinadora, de caráter eliminatório e classificatório. Nesta etapa, a Comissão Examinadora irá buscar atributos inerentes ao cargo pleiteado pelo candidato, bem como características de adaptabilidade às condicionantes da Saúde Indígena. Poderão correr nesta etapa a participação de um psicólogo do Distrito, para avaliação do candidato. A pontuação adquirida na etapa anterior não garante aprovação e classificação na etapa de entrevista. A aprovação na etapa de entrevista não se dará por nota mínima de corte, nem mesmo estará interligada à pontuação obtida nas etapas anteriores. A pontuação nessa fase se dará pela avaliação do candidato pela comissão no que diz respeito às competências relacionadas ao cargo. Em respeito aos candidatos inscritos nesta Seleção Simplificada, caso ocorra o agravamento dos índices da pandemia e seja decretado lockdown ou outra medida mais restritiva de distanciamento social, pelo Estado do Acre ou município de Cruzeiro do Sul, local de realização da etapa de entrevistas, será determinada a suspensão dessa etapa, apenas durante o período previsto e, de acordo com nossa política de transparência de informações, será divulgada no site da conveniada, as devidas informações e novo calendário de realização da fase.

5.2.A divulgação dos locais, datas e horários para a realização das etapas estará disponível no site da Conveniada, conforme Calendário de Eventos (ANEXO III) e toda e qualquer alteração se dará no site da Entidade. Sendo de total responsabilidade do candidato, seu acompanhamento.

5.3.Serão classificados de forma decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação referente à 1ª e 2ª etapas.

5.4.Os candidatos classificados em posição superior ao número de vagas (quando houver) entrarão para o Cadastro de Reservas.

5.5.Ao ser convocado o candidato deverá se apresentar no local indicado no calendário de eventos, portando todos os documentos comprobatórios de sua inscrição. Não haverá prazo posterior ao ato de sua convocação para apresentação de documentos comprobatórios. Não será permitida avaliação documental por meios diferente do exposto acima.

5.6.As vagas de cotas quando não houver candidatos inscritos e aprovados, serão preenchidas por candidatos de ampla concorrência visando não defasar quadro de pessoal do convênio bem como não possibilitar vazios assistenciais/ administrativos necessário para execução do convênio. Quando as vagas de cotas (PCD), não atingirem o número estabelecido, não serão complementados com candidatos de ampla concorrência.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO PARA AS VAGAS DE NÍVEL SUPERIOR

Etapas	Crêterios de Avalia�o	Pontua�o
Análise Curricular	Ensino superior completo (gradua�o).	3 pontos
	Pós-gradua�o na área de forma�o (iniciada, desde que apresentada declara�o de matricula vigente em entidade reconhecida pelo MEC).	0,2 pontos (Pontua�o máxima: 3 pontos)
	Tempo de estágio (Somente no cargo pretendido). *Não serão contabilizados Períodos de estágio realizados dentro do mesmo período.	0,6 por semestre concluido (Pontua�o máxima: 3 pontos)
	Cursos concluidos de aperfei�amento, extensão ou participa�o em seminários na área de forma�o pretendida.	Carga horária: Acima de 81h – 0,5 Entre 41 h e 80h – 0,3 Até 40h– 0,2 (Pontua�o máxima: 1 ponto)
Prova Objetiva	Prova de conhecimento Técnico para avalia�o dos candidatos.	10 pontos (peso 2)
Entrevista	Possuir conhecimentos elementares sobre SUS e aten�o primária. (Estrutura, princípios e abrangência).	3 pontos
	Conhecimentos de técnica de planejamento, monitoramento e avalia�o. (Capacidade de reconhecer a importância do trabalho multidisciplinar, planejamento de a�es, monitoramento de Dados em saúde).	3 pontos
	Habilidades para o trabalho intercultural (habilidade para trabalhar considerando-se as especificidades culturais dos indígenas do DSEI/Polos/CASAI; conhecimentos elementares sobre a(s) língua(s) local(s)).	2 pontos
	Habilidade para se comunicar com clareza e objetividade (fluência, empatia e capacidade para ouvir).	2 pontos
Total Entrevista	10 Pontos	

PARA AS VAGAS DE NÍVEL MÉDIO

Etapas	Critérios de Avaliação	Pontuação
Análise Curricular	Ensino Médio Completo/Curso Técnico Completo.	3 pontos
	Tempo de estágio (Somente no cargo pretendido) *Não serão contabilizados períodos de estágio realizados dentro do mesmo período.	0,3 por semestre concluído (Pontuação máxima: 3 pontos)
	Cursos concluídos de aperfeiçoamento ou extensão na área de formação pretendida.	Carga horária: Entre 41 h e 80h – 0,3 Até 40h – 0,2 (Pontuação máxima: 3 pontos)
Prova Objetiva	Prova de conhecimento Técnico para avaliação dos candidatos.	10 pontos (peso)
Entrevista	Possuir conhecimentos elementares sobre SUS e atenção primária. (Estrutura, princípios e abrangência).	3 pontos
	Conhecimentos de técnica de planejamento, monitoramento e avaliação. (Capacidade de reconhecer a importância do trabalho multidisciplinar, planejamento de ações, monitoramento de dados em saúde).	3 pontos
	Habilidade para o trabalho intercultural (habilidade para trabalhar considerando as especificidades culturais).	2 pontos
	Habilidade para se Comunicar com clareza e Objetividade (Fluência, Empatia e capacidade Para ouvir).	2 pontos
Total Entrevista	10 Pontos	

6.1. Em caso de empate na pontuação final, os critérios de desempate seguirão a seguinte ordem:

- a) Maior pontuação na prova objetiva;
- b) Menoridade;
- c) Maior tempo de estágio profissional;
- d) Data e hora de inscrição.

6.2. Os candidatos deverão comprovar suas horas de estágio curricular, com declarações validas de instituições e cursos devidamente reconhecidos pelo MEC, ou em casos de estágio extracurricular declarações de empresas informando a Razão Social e o número CNPJ, bem como, o período do estágio (data de inicio e fim do estágio), e as atividades exercidas pelo candidato, exclusivamente, na função que estiver concorrendo para fins de pontuação (Reprodução/cópia autenticada em cartório). **Não serão contabilizados períodos de estágio realizados dentro do mesmo período.**

6.3. Ainda no ato da entrevista, a Comissão Examinadora deverá ter realizado previamente a análise dos currículos.

6.4. Os candidatos não poderão ser selecionados caso já tenham tido algum vínculo empregatício anterior, na área pretendida ou mesmo no momento da convocação para assunção do cargo. Devendo este projeto ser o seu primeiro emprego na sua área de formação. Os candidatos deverão ainda assinar uma declaração na qual se comprometerá a não assumir concomitantemente outro vínculo empregatício enquanto estiver atuando no projeto.

6.5. Formação acadêmica, e cursos somente serão considerados se possuírem relação direta com a área de formação do candidato, alinhado ao cargo pleiteado.

6.6. Serão aceitos como documento de identificação: carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares e pelos Corpos de Bombeiro Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos e etc); Passaportes; Certificados de Reservistas; Carteiras Funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como documento de identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (modelo com foto); e Carteira Nacional de Habilitação – CNH, física (modelo com foto), ou digital (através do aplicativo Carteira Digital de Trânsito).

6.7. Não serão aceitos como documento de identificação: Certidões de Nascimento; Títulos Eleitorais; Carteira Nacional de Habilitação (modelo sem foto e modelo em formato digital); Carteiras de Estudante; Carteiras Funcionais sem valor de identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (modelo sem foto e modelo em formato digital), cópias de Carteiras de Identidade, ainda que autenticadas; documentos ilegíveis, não identificáveis, danificados ou que de alguma forma não permitam, com clareza, a identificação do candidato.

6.8. Serão aceitos como comprovante de experiência e título:

a) Diploma ou Certificado (frente e verso) de conclusão de curso Superior, Técnico ou Médio, de acordo requisito da categoria escolhida na inscrição;

6.9. Não serão contabilizados para fins de pontuação no indicador Cursos de Aperfeiçoamento: eventos acadêmicos, palestras, workshops, simpósios, seminários, congressos, exposições, encontros, conferências, reuniões, ligas acadêmicas, monitorias e afins.

7. DA CONTRATAÇÃO

São requisitos para a contratação:

- a) Ter sido aprovado na Seleção Externa Simplificada;
- b) Apresentar documentação comprobatória dos dados curriculares: diploma ou certificado de conclusão dos cursos exigidos para o cargo, bem como documentação apresentada no ato da inscrição para comprovação de sua identidade étnica;
- c) Apresentar inscrição regularizada no Conselho Profissional competente;
- d) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) Apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para os candidatos do sexo masculino;
- f) Ser indígena, apresentar declaração de comprovação étnica, não possuir vínculo empregatício anterior, ter no máximo 24 meses de formado no ato da inscrição, ter no mínimo 18 anos completos no momento da inscrição.
- g) Apresentar toda e qualquer documentação solicitada pela conveniada, para formalizar a contratação;
- h) Cumprir as normas estabelecidas no Edital;
- i) Os Candidatos Aprovados serão contratados de acordo com cronograma de necessidades do serviço;
- j) A distribuição das vagas por função, a jornada de trabalho, são as previstas no edital;
- k) Os candidatos aprovados serão submetidos a um contrato determinado de 45 dias podendo ser prorrogado por período igual—Nesse período haverá verificação de aptidão profissional pela equipe técnica do DSEI ou SESAI nível central, do CONDISI e lideranças

indígenas, em respeito à Convenção 169 da OIT. Ressalta-se que a verificação da aptidão profissional será passível de auditoria pelas instâncias responsáveis, com vistas a garantir a legalidade, isonomia, moralidade e impessoalidade dos processos de contratação;

- l) A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos aprovados;
- m) A participação e classificação no Processo Seletivo não geram direito à contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final;
- n) No ato da contratação, os candidatos deverão apresentar todos os documentos legais exigidos para a vaga, sob pena de eliminação do processo;
- o) Caso seja comprovado que o candidato selecionado possua vínculo empregatício na esfera privada ou pública, será automaticamente desclassificado do Processo Seletivo, sendo chamado para a vaga o próximo candidato, conforme a ordem de classificação.

8. DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÕES

8.1. Caberá pedido de reconsideração apenas na fase de divulgação do resultado parcial da primeira etapa.

8.2. Os pedidos de reconsideração acerca do item anterior poderão ser interpostos até o 2º(segundo) dia útil após a publicação do resultado, através de link disponível no site da conveniada, apenas no ambiente eletrônico de que trata este processo seletivo, com a nomenclatura de "Pedido de Reconsideração".

8.3. Os resultados das etapas de seleção serão divulgados no site oficial da conveniada com vistas a garantir a transparência e controle social por parte das instâncias interessadas.

8.4. Todos os pedidos serão apreciados pela Comissão Examinadora, em até 03 (três) dias úteis do prazo máximo para recurso, não cabendo recurso da decisão final.

8.5. O candidato será cientificado da decisão, pelo site oficial da conveniada, ou ainda por e-mail, conforme cadastro realizado pelo candidato previamente.

9. PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. O Candidato ao processo de Seleção Simplificada autoriza e consente com o tratamento de dados coletados durante a inscrição e entrevista. Os dados pessoais tratados refletem as informações declaradas pelos titulares no momento da inscrição e/ou coletadas ao longo do processo e podem incluir: nome, data de nascimento, gênero, endereço residencial, nacionalidade, endereço eletrônico, telefones fixo e móvel, dados referentes à documentação que permitam a identificação, como RG e CPF, além de dados sobre formação acadêmica. Dados pessoais sensíveis como raça, cor, etnia e informações sobre pessoas com deficiência são coletados para fins de cumprimento das regras do Edital;

9.2. O tratamento de dados relativos a candidatos, em seleção simplificada se dá mediante as seguintes finalidades: a) Gerir o cadastro do candidato no processo seletivo; b) Gerenciar comunicação com o candidato; c) Avaliar elegibilidade e aptidão do candidato; d) Garantir conformidade com exigências regulatórias e normativas do convênio firmado com o Ministério da Saúde, voltado à promoção complementar da assistência da saúde indígena.

9.3. A depender da etapa em que o candidato se encontre no processo, haverá necessidade de coleta adicional de dados pessoais, como aplicação de exames médicos e psicológicos para atender a questões legais.

9.4. O tratamento de dados pessoais somente é realizado para finalidades legítimas e específicas, seguindo as boas práticas de proteção de dados pessoais e da privacidade, baseando-se nas seguintes hipóteses previstas em lei: a) Para o cumprimento de obrigação legal junto ao Governo Federal; b) Para execução de contrato de trabalho ou de procedimentos pré-contratuais; c) Por interesse legítimo do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, em cumprimento aos normativos internos da companhia; d) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

9.5. O compartilhamento de dados pessoais só acontece em situações específicas para finalidades legítimas. Podem ser compartilhados dados pessoais com órgãos de controle



públicos que estão submetidos à mesma legislação nacional a cerca da privacidade dos dados pessoais dos usuários.

9.6. Os dados dos candidatos são armazenados para atendimento aos prazos legais existentes, bem como, para fiscalização dos órgãos legais de controle, em razão do convênio firmado.

9.7. O titular de dados pessoais ou seu representante legal poderá solicitá-los a qualquer momento, com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Adicionalmente, é permitido o acesso aos dados pessoais dos titulares de forma íntegra, deixando a disposição sua atualização, quando cabível, mediante comprovação. A atualização dos dados pessoais é de responsabilidade do titular ou de seu representante legal.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este edital se aplica à contratação para o cargo de enfermeiro e para o cargo de técnico de enfermagem. Este profissional deverá ter no máximo 24 (vinte quatro) meses de formado, ou seja, 24 (vinte quatro) meses completos até a data inscrição, do curso de formação respectivo ao cargo concorrido.

10.2. Serão de responsabilidade exclusiva do candidato, observar e acompanhar os procedimentos e prazos estipulados nos editais. Não será permitida a realização das etapas em formato diferenciado previsto por este Edital.

10.3. O candidato que não entregar as documentações comprobatórias da ficha de inscrição em sua totalidade, será desclassificado do processo. Não poderá ser desconsiderada ou alterada nenhuma a informação descrita na inscrição com a finalidade de subtrair a pontuação do candidato obtida inicialmente, mesmo que tal informação não altere a ordem classificatória.

10.4. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Seleção;

10.5. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da contratação, acarretarão a desqualificação do candidato, com todas as suas consequências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal;

10.6. Todos os profissionais selecionados e contratados, obrigatoriamente, deverão realizar e manter atualizado cadastro nos sistemas de informações de recursos humanos da Secretaria Nacional de Saúde Indígena–SESAI;

10.7. Os candidatos que compuserem o cadastro de reserva do presente processo seletivo serão convocados de acordo com a ordem de classificação, dentro do período de validade do edital, cabendo ao candidato optar ou não pelo preenchimento da vaga disponível.

10.8. O candidato que manifestar não ter interesse no preenchimento da vaga disponível, seja ela temporária ou permanente, no prazo de até 48 horas (úteis) após a convocação, cederá o lugar à convocação do candidato subsequente, sendo assim eliminado da seleção.

10.9. Caso o candidato convocado para contratação não apresente toda a documentação exigida dentro do prazo de até 48 horas (úteis), será eliminado da seleção, hipótese em que será convocado o candidato classificado na posição imediatamente subsequente na lista de classificação.

10.10. Não serão contabilizados períodos de estágio realizados dentro do mesmo período.

10.11. Todos os itens deste Edital que tratam de datas, estão condicionados de acordo com o horário de Brasília.

11. DOS ANEXOS

ANEXO I – REQUISITOS PARA OS CARGOS.

ANEXO II – LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO.

ANEXO III – CALENDÁRIO DE EVENTOS.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO PÚBLICO.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO (PARA CANDIDATOS INDÍGENAS).

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (PARA CANDIDATOS INDÍGENAS RESIDENTE EM ALDEIA PERTENCENTES AO DSEI ALTO RIO JURUÁ

ANEXO VII – ENQUADRAMENTO PARA COTA DE PORTADOR DA DEFICIÊNCIA

ANEXO VIII - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES.



ANEXO I–REQUISITOS PARA OS CARGOS

NÍVEL SUPERIOR

CARGO	REQUISITOS
Enfermeiro	Ensino Superior em Enfermagem Completa e registro profissional ativo. Além de ser indígena, apresentar declaração de comprovação étnica, não possuir vínculo empregatício anterior, ter no máximo 24 meses de formado no ato da inscrição, ter no mínimo 18 anos completos no momento da inscrição.

NÍVEL FUNDAMENTAL/NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO	REQUISITOS
Técnico de Enfermagem	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Enfermagem e registro profissional ativo (ser indígena, apresentar declaração de comprovação étnica, não possuir vínculo empregatício anterior, ter no máximo 24 meses de formado no ato da inscrição, ter no mínimo 18 anos completos no momento da inscrição).

ANEXO II – LISTA DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

Lista de Documentos (Devem ser entregues na ordem abaixo descrita):

Exame Admissional marcado para dia / / às: :

Curriculum Vitae atualizado;

CTPS (carteira de trabalho) original;

Cópia da CTPS 1º e 2º página (identificação e

qualificação civil); Cópia da página da

Contribuição Sindical na CTPS; (quando houver).

Certidão do PIS (cartão do cidadão, declaração/carta da CEF informando inscrição no PIS ou cópiada última rescisão do contrato de trabalho); (quando houver).

Declaração de comprovação de origem indígena; Cópia da Certidão

de Nascimento ou Casamento;

Cópia frente e verso da Identidade RG (não serão aceitos outros documentos);

Cópia do CPF + Declaração retirada em www.receita.fazenda.gov.br, confirmando a situação regular do documento;

Cópia do Comprovante de Bons Antecedentes (**pode ser retirado no site da polícia civil**);

Cópia do Título de Eleitor + Comprovante da Última Votação (pode ser emitido também pela internet);

Certificado de Reservista ou Declaração de não alistamento emitida pela FUNAI (homens);

Cópia do Comprovante de Residência do mês corrente com CEP (conta: luz, telefone, internet, TV, cartão de crédito no seu próprio nome ou no nome do cônjuge ou dos pais);

Cópia do Cartão de Banco (preferencialmente conta na CAIXA);

Cópia da Declaração de Escolaridade (apenas Certificado de Conclusão ou Diploma) ou Declaração de escolaridade emitida pela FUNAI;

Cópia do Título de Especialização ou Certificado de Conclusão de Residência Médica na área, em instituição de saúde credenciada, com duração mínima de 03 anos, devidamente registrados junto ao CRM;

Cópia da Carteira do Conselho;

Cópia do pagamento da Anuidade atual junto ao respectivo Conselho + Nada Consta dos anos anteriores;

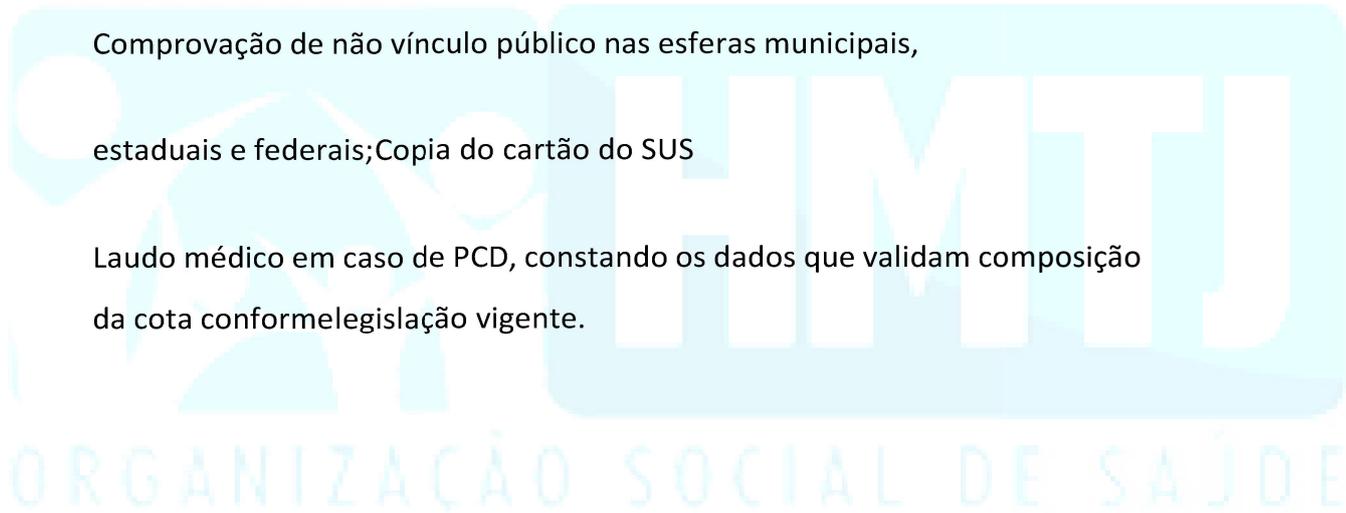
Duas Cópias do Cartão de Vacina (uma cópia deverá ser entregue no SESMT antes do exame médico); filhos de 0 a 24 anos: cópia da certidão de nascimento + Cópia do CPF + Declaração retirada em www.receita.fazenda.gov.br, confirmando a situação regular documento + cópia de declaração escolar (quando cabível) + cópia do cartão de vacina;

Relatório CNES (<http://cnes.datasus.gov.br/pages/profissionais/consulta.jsp>)

Comprovação de não vínculo público nas esferas municipais,

estaduais e federais; Cópia do cartão do SUS

Laudo médico em caso de PCD, constando os dados que validam composição da cota conforme legislação vigente.



Observações:

- *Para a realização do exame admissional, é necessário levar uma cópia do cartão de vacinação com a **Hepatite B, Dupla Adulto e Triviral em dia**;*
- *Comunicamos que o candidato só será admitido com todos os documentos exigidos e a confirmação de todos os exames admissionais realizados;*
- *Após providenciar os documentos pedidos, favor apresentá-los em ordem no setor de RH acompanhado do exame admissional (ASO) antes da data inicial do seu trabalho.*

ANEXO III– CALENDÁRIO DE EVENTOS

Evento	Data/Período	Local
Divulgação do Edital de abertura	09/02/2024	Site OSS e SESAI
Período de inscrições pela Internet	09/02/2024 a 18/02/2024	Site OSS
Divulgação do resultado parcial da primeira etapa	20/02/2024	Site OSS
Pedidos de reconsideração sobre o resultado parcial da primeira etapa	22/02/2024	Site OSS
Resposta dos pedidos de reconsideração e divulgação do resultado parcial da primeira etapa pós pedidos de reconsideração	27/02/2024	Site OSS
Divulgação da data de convocação dos candidatos para etapa de análise documental e prova	27/02/2024	Site OSS
Análise documental e Realização da Prova com os candidatos aptos na avaliação documental.	06/03/2024	A definir
Resultado da etapa de Prova.	08/03/2024	SiteOSS
Divulgação da data de convocação dos candidatos para etapa de Entrevista Técnica e Comportamental.	08/03/2024	SiteOSS
Realização da etapa de Entrevista Técnica e Comportamental.	12/03/2024	DSEI
Resultado da etapa de entrevista técnica e comportamental.	14/03/2024	SiteOSS
Convocação dos aprovados para processos admissionais	Conforme disponibilidade de vaga e autorização da SESAI para contratação.	EscritórioLocal
Realização dos processos admissionais	Conforme disponibilidade de vaga e Autorização da SESAI para contratação.	EscritórioLocal

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO PÚBLICO

HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
RECURSOS HUMANOS
Título: Declaração de existência e/ ou inexistência de vínculos e de compatibilidade de Carga horária

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei que:

Não possuo vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL. Não recebo proventos ou aposentadorias de qualquer órgão da Administração Pública FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL.

Possuo vínculo de trabalho na área privada.

Exerço atividade remunerada em _____, na cidade de _____, localizado na _____, cumprindo a seguinte jornada de trabalho:

DIAS	HORÁRIOS
De segunda à sexta-feira	
Em dias e horários alternados	
Em regime de plantão/escala	

Declaro que possuo disponibilidade de carga horária para o adequado exercício da função para a qual estou sendo contratado e estou ciente que, qualquer alteração, deverá ser comunicada imediatamente ao Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus. Caso seja verificada incompatibilidade de carga horária, em qualquer momento de sua contratação, esta poderá ser cancelada.

Não exerço outra atividade remunerada e, declaro, ainda, estar ciente de que **devo comunicar qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional**, observando que quaisquer outras atividades desenvolvidas **devem ser compatíveis** com a jornada que será praticada.

Conforme Termo de Referência da SESAI de nº 34052636 para contratações no âmbito da saúde indígena, o EMPREGADO declara para os devidos fins que não possui vínculo de trabalho na esfera pública, conforme disposto nos Art. 52, II da Portaria Interministerial N°507/2011 e no Art. 18, XVII da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que versam sobre a proibição de utilização de recursos de convênio para pagamento de servidor público inciso VIII do Artigo 20 da Lei nº 12.309/2010 e PARECER nº 00412/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU que versam sobre a proibição de utilização de recursos de convênio para pagamento de servidor público. Caso comprovado, após a contratação, que o EMPREGADO possui vínculo público, o contrato de trabalho será automaticamente encerrado, frente à expressa proibição legal.

Declaro, também, que a veracidade e integridade dos dados declarados são de minha inteira responsabilidade e que tenho conhecimento de que a prestação de informação falsa, incompleta ou incorreta apurada posteriormente ao início do contrato de trabalho, em procedimento que me assegure o contraditório e ampla defesa, ensejará o rompimento do vínculo empregatício com o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, por justa causa.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) Candidato
(a)

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO (PARA CANDIDATOS INDÍGENAS)

Declaro para fins de inscrição no Processo Seletivo Externo Simplificado no ____/2024 que eu,

_____, portador (a) da cédula de identidade n°

_____, Órgão Emissor _____, inscrito (a) no CPF sob o n° _____,

sou indígena pertencente à etnia _____, nascido (a) em ____/____/____, no

Município de _____, UF _____,

filho

de _____ e _____,

residente no endereço: Rua/Avenida _____, n°

_____, Complemento _____, Bairro _____

Município _____, UF _____.

Conforme preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, regulamentada pelo Decreto No 5.051 de 19 de Abril de 2004. E assim, devidamente reconhecido pelas lideranças do meu povo, conforme assinaturas abaixo.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do candidato Indígena

Nome do Cacique do Povo ao qual o candidato pertence

Assinatura do Cacique

CPF N° _____

Nome da Liderança Local de origem do candidato

Assinatura da Liderança Local

CPF N° _____

Nome do Presidente do Conselho Local Saúde Indígena

Assinatura do Presidente CLSI

CPF N° _____

*O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica. Art. 299: omitir, em

documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REDISÊNCIA (PARA CANDIDATOS INDÍGENAS RESIDENTES EM ALDEIAS PERTENCENTES AO DSEI ALTO RIO JURUÁ)

Declaro para fins de inscrição no Processo Seletivo Externo Simplificado no ____/2024 que eu,

_____, portador (a) da cédula de identidade n°

_____, Órgão Emissor _____, inscrito (a) no CPF sob o n°

_____, sou indígena pertencente à etnia _____, nascido (a) em

____/____/____, no Município de _____, UF _____, filho

de _____ e _____,

que resido no endereço: _____,

n° _____, Complemento _____, Bairro _____

Município _____, UF _____, desde o dia

____/____/____.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do candidato Indígena

Nome do Cacique da Aldeia

Assinatura do Cacique

CPF N° _____

Nome da Liderança da Aldeia

Assinatura da Liderança Local

CPF N° _____

Nome do Presidente do Conselho Local Saúde Indígena

Assinatura do Presidente CLSI

CPF N° _____

*O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica. Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO VII – ENQUADRAMENTO PARA COTA DE PORTADOR DA DEFICIÊNCIA

O empregado foi enquadrado como portador da deficiência, nos termos do Decreto 3298 - 20/12/99 em seu Art. 4º, com as alterações determinadas pelo art. 70 do Decreto 5296/04, no incisoabaixo:

I. Deficiência Física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, tripararesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções

II. Deficiência Auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz Obs: Anexar audiograma

III. Deficiência Visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores

a- Visão Monocular - conforme parecer CONJUR 444/11: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 em um olho (ou cegueira legal declarada).

IV. Deficiência Intelectual - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas, tais como:

- a) - Comunicação;
- b) - Cuidado pessoal;
- c) - Habilidades sociais;
- d) - Utilização de recursos da comunidade;
- e) - Saúde e segurança;
- f) - Habilidades acadêmicas;
- g) - Lazer;
- h) - Trabalho.
- i) Idade de Início;
- j) **Observar:** Anexar laudo do especialista

V. Deficiência Mental – conforme Lei 12764/12 – Espectro Autista

VI. Deficiência Múltipla - associação de duas ou mais deficiências

ANEXO VIII - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES

Colaboradores Atividades Saúde

Enfermeiro

Prestar assistência ao paciente e à família e, quando necessário, no domicílio, CASAI e/ou nos demais espaços comunitários, em todas as fases do desenvolvimento humano; coordenar, planejar e executar ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, em consonância com o SUS. Coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos AIS e técnicos de enfermagem. Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e dos AIS, realizar atividades de educação em saúde, utilizando estratégias participativas e metodologias preconizadas no âmbito da Política Nacional de Educação Popular em Saúde e buscando promover espaços coletivos de troca de saberes entre as práticas de saúde ocidentais e as práticas tradicionais indígenas, vínculo, corresponsabilização e ampliação de clínica; proceder em conformidade com os protocolos ou outras normativas técnicas, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações, nos termos dos Protocolos da Assistência Primária do SUS. Acompanhar pacientes na rede de referência quando se fizer necessário. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; realizar registros e elaborar relatórios técnicos.

Técnico de Enfermagem

Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em Unidades Básicas de Saúde Indígena, CASAI, domicílios e /ou demais espaços comunitários; assistir o enfermeiro, e o médico quando necessário; prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem estar; trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; realizar registros e elaborar relatórios técnicos; desempenhar atividades e realizar ações para promoção da saúde da família, a grupos específicos e as famílias em situações de risco, conforme planejamento da equipe; promover o vínculo com o paciente de forma a estimular a autonomia e o auto cuidado. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; realizar registros e elaborar relatórios técnicos.

Acompanhar pacientes indígenas sempre que necessário em consultas médicas/exame; realizar visitas domiciliares diariamente e sempre que necessário. Cumprir as escalas de serviços estabelecidas; zelar e responsabilizar-se pelos materiais e equipamentos do posto de enfermagem,

conferindo-o para que sejam repassados ao próximo plantão;

Tomar conhecimento da evolução do serviço de saúde e quadro clínico de cada paciente; verificar as anotações no livro de ordem e ocorrência. Enviar a 2ª via de Referência e Contra Referência no retorno dos indígenas para seu lugar de origem, devidamente preenchida, constando: diagnóstico médico, CID e a prescrição medicamentos juntamente com uma cópia da folha de evolução; o técnico de enfermagem de área deverá manter diariamente o censo atualizado.

